

MULHERES NEGRAS RUMO À PÓS-GRADUAÇÃO: relatório sobre aspectos sociais de mulheres negras matriculadas no Curso de Formação Pré-Acadêmica, afirmação na Pós UFPR (2017)

*BLACK WOMEN HEADING TO POST GRADUATION: report on social aspects
of Black women enrolled in the academic training course affirmation in
post Federal University of Paraná (2017)*

Tania Aparecida Lopes

Universidade Federal do Paraná - PPGE
belatal.lopes@gmail.com

Lucimar Rosa Dias

Universidade Federal do Paraná - PPGE

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a trajetória escolar das mulheres negras, matriculadas no município de Curitiba¹, no Curso de Formação Pré-Acadêmica: afirmação na Pós UFPR, o Pré Pós - 2017, promovido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O traçar da trajetória escolar dessas mulheres negras, se dá através da análise de conteúdo, como nos orienta Bardin (1977), de alguns elementos que constam nas cartas de apresentação escritas por essas mulheres e enviadas no formulário de inscrição, com a intenção de conseguir uma vaga no referido curso preparatório.

Também, utilizamos outras informações relativas ao pertencimento étnico-racial², de gênero, estado civil, situação domiciliar, filhas/os, atividade re-

¹ As vagas ofertadas no curso de formação Pré-Acadêmica: Afirmação na Pós UFPR 2017 foram distribuídas em duas turmas: i) aulas ministradas, na UFPR, em Curitiba-PR; e ii) aulas ministradas na Comunidade Quilombola de João Surá, em Adrianópolis – PR.

² De acordo com as categorias utilizadas pelo IBGE: branca, preta, parda, indígena e amarela.

munerada, faixa etária, graduação e pós-graduação, para traçarmos um perfil social³ dessas mulheres negras, que se propuseram a disputar uma vaga no Pré-Pós – UFPR -2017, o qual se propõe a “preparar candidatos e candidatas para participação em processos seletivos para programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado”⁴.

1.1 O Pré-Pós – UFPR – 2017

Nos últimos anos a sociedade brasileira presenciou algumas mudanças, de acordo com Luiza Bairros⁵ (2013) tais mudanças se deram no que diz respeito “ao crescimento econômico, da ampliação da escolaridade e redução da pobreza”, que entendemos como um caminho para redução das desigualdades⁶ que ainda assolam o país. Tais mudanças, na nossa compreensão são resultados parciais da luta dos diversos Movimentos Sociais, na busca por políticas afirmativas que visibilizem as diferentes populações com seus diferentes pertencimentos (racial, classe, geracional, gênero, religioso, entre outros), e que efetivem uma distribuição equânime das riquezas produzidas para o acesso aos bens sociais no Brasil. E neste caso, destacamos o Movimento Social Negro brasileiro, que luta no sentido de eliminar as desigualdades geradas pelo racismo e são enfrentadas pela população negra cotidianamente, há séculos, em diferentes áreas de mobilidade social.

Podemos dizer que nesta luta de enfrentamento ao racismo brasileiro, a população negra, na última década, teve alguns avanços às suas reivindicações, como é apontado por Tatiana Dias da Silva (2013),

No intervalo entre os Censos de 2000 e 2010, testemunhou-se um período significativo de mudanças, em que os temas do racismo e da desigualdade racial

³ Os dados apresentados neste trabalho foram retirados do banco de dados disponibilizado pela coordenação do Pré Pós, no dia 26/06/2017.

⁴ Pré-Pós – UFPR. Disponível: <http://www.educacao.ufpr.br/portal/interagir/> - Acesso em: 15 out. 2017.

⁵ Luiza Bairros foi Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil, no período de 2011-2014 e está se referindo aos avanços observados no Governo Lula e Dilma.

⁶ Não consideramos os debates em torno das reformas (trabalhista e da previdência), que estão em discussões no Congresso Nacional Brasileiro. Por não ser o foco deste artigo, mas consideramos que ambas aprofundarão as desigualdades sociais, raciais, de gênero, geracionais, entre outras da população brasileira atingindo diretamente a vida das mulheres negras.

saltam da agenda pública, predominantemente protagonizada pelo movimento negro e por estudiosos, para a agenda governamental. Vários aspectos podem ilustrar esse momento: o reconhecimento governamental do racismo; a intensa participação do governo e da sociedade brasileira na Conferência de Durban; a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir); o desenvolvimento da política de cotas nas universidades e, com menor difusão, em concursos públicos; e, mais recentemente, em 2012, a unânime decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) a favor da constitucionalidade das cotas raciais. (SILVA, 2013, p.13).

Quanto à educação formal pesquisas indicam que ampliaram as vagas e conseqüentemente as matrículas para o ensino médio, assim como para o ensino superior, mas que as desigualdades entre as pessoas negras e brancas persistem e se ampliam à medida que se ascende nas diferentes etapas de escolarização. Ou seja, há “o entendimento de que são necessárias medidas complementares à expansão universal do ensino para efetivamente potencializar o processo de redução das desigualdades raciais” (SILVA, 2013, p.20).

Ou, nas palavras de Bairros (2013):

aumento de oportunidades tem sido insuficiente para provocar uma significativa redução nas desigualdades raciais e de gênero. Isto pode ser atribuído à resiliência de mecanismos de reprodução de hierarquias e desigualdades sociais. Entre estes se destacam o racismo e o sexismo, que se combinam para delinear na sociedade visões que estereotipam e classificam capacidades e atributos de brancos e negros, de mulheres e homens, de modo a produzir condições diferenciadas de acesso a direitos e a oportunidades. (BAIROS, 2013, p.13)

Em sintonia com este raciocínio de oportunizar àqueles/as que foram e são tratadas/os de forma desigual ao acesso de direitos, é que se inserem as ações afirmativas efetivadas pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, que em 2013 teve a sua primeira versão do curso intensivo de formação pré-acadêmica⁷ voltada para alunas/os ingressas/os pelo sistema de reserva de vagas raciais e sociais e, com interesse em ingressar no mestrado ou doutorado. Tal iniciativa foi coordenada pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e efetivou-se através de um convênio com a Fundação Carlos Chagas.

⁷ Informações disponíveis: <http://coletivosouneguinh.blogspot.com.br/2013/08/aula-inaugural-do-curso-intensivo-de.html>. Acesso em: 16 out. 2017.

Nesta segunda versão, o curso preparatório para a pós-graduação promovido pela UFPR – Pré Pós 2017⁸ –teve como objetivo preparar candidatos e candidatas para participação em processos seletivos para programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado. Foi financiado pelo Ministério da Educação e, é uma iniciativa promovida pela UFPR através de sua Coordenação de Políticas Inovadoras de Graduação (CEPIGRAD), do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) e Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE).

Entre os critérios para seleção das/os alunas/os procurou atender aquelas/es, que fazem parte a um ou mais dos grupos que, sistematicamente, têm tido acesso restrito ao ensino superior, ou seja: 1) mulheres negras e homens negros; 2) autodeclarar-se como negro/a ou indígena; 3) egressos e egressas de programa de ação afirmativa no ensino superior, na modalidade de cotas ou bônus; 4) quilombolas e povos do campo; 5) pessoas com deficiência; 6) surdos e surdas; 7) travestis, transexuais e comunidade LGBTQTT; 8) pertencer a grupos de vulnerabilidade socioeconômica. As aulas foram ministradas nas modalidades: Educação à distância (EaD) e presencial; e ocorreram na UFPR, em Curitiba-PR e na Comunidade Quilombola de João Surá, em Adrianópolis – PR.

Utilizamos para a nossa análise, as informações fornecidas no formulário de inscrições e que para fins de pesquisa, resguardando o anonimato, foram autorizadas pelas matriculadas/os. Bem como, lembramos que foi prevista uma turma na Comunidade Quilombola de João Surá, em Adrianópolis- PR, no entanto as nossas análises, no presente texto, não abarcaram esta turma, analisaremos somente dados das mulheres negras inscritas na turma de Curitiba.

2 INSCRIÇÕES EM CURITIBA, NO PRÉ PÓS – UFPR - 2017

Os dados coletados mostram que foram efetivadas cento e setenta e três matrículas no município de Curitiba no curso preparatório para a pós-graduação, somadas as matrículas dos gêneros feminino e masculino, nas categorias cor/raça: branco/a, preto/a, pardo/a (TABELA 1)⁹.

⁸ Informações retiradas do portal Pré Pós – UFPR 2017. Disponível: <http://www.educacao.ufpr.br/portal/interagir/> - acesso em 15/10/2017.

⁹ a) Na planilha cedida pela coordenação do Pré-Pós – UFPR para esta pesquisa constam 174

Tabela 1: Inscrições consideradas de Curitiba, por gênero e cor/raça.

Gênero Feminino		Gênero Masculino	
Branca	31	Branco	14
Preta	53	Preto	27
Parda	30	Parda	15
Selecione	02	Selecione	01
Total	116	Total	57

FONTE: As autoras, 2017.

Do total de cento e dezesseis mulheres inscritas foram autorizados o uso dos dados de cento e oito mulheres, sendo que a maior procura pelo curso se deu entre as autodeclaradas pretas, com aproximadamente 47,22% das matrículas, seguidas das pardas e brancas, ambas com a mesma porcentagem de aproximadamente 25,92% e 0,9%¹⁰ que não identificamos o pertencimento étnico-racial. (TABELA 2). Destacamos a participação significativa das mulheres autodeclaradas pretas, visto que dados oficiais indicam que a população negra no município de Curitiba – PR é de aproximadamente 20%, e desta a população preta é de apenas 2,8%¹¹. Compreendemos que esta alta participação das mulheres negras no curso, são resultantes da própria forma de divulgação, pois dentre os cartazes tinha um que trazia a imagem de uma mulher negra e também no conteúdo havia um item específico para o público intitulado: - mulheres negras. Vale ressaltar que também consideramos a influência do Movimento Negro e suas diferentes frentes de atuação (juventude, mulheres, quilombolas), que tem pautado a importância de implementação de ações de valorização da identidade negra, sejam na educação, na mídia entre outros.

(cento e setenta e quatro) inscrições, no entanto, não consideramos uma das inscrições, pois consta “falso”, tanto para o gênero feminino, como para o masculino o que não foi possível compreender o que significava; b) três inscrições consideradas somente na tabela 1 e tabela 2, duas do gênero feminino e uma do gênero masculino, não selecionaram o pertencimento raça/cor, sendo assim não serão utilizadas a partir da tabela 3, pois não temos como analisá-las.

¹⁰ A partir da tabela 3, não consideraremos as fichas nas quais aparece como resposta a informação o texto (selecione), pois não tem como analisá-lo ou compará-lo com os demais.

¹¹ “Quase um quinto da população de Curitiba se declara preta (16,9%) e 2,8% são pretos. Os dados são do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Disponível: <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/197-da-populacao-de-curitiba-sao-negros-ou-pardos/31360> - acesso 22/10/2017.

Tabela 2: Autorizaram o uso das informações – mulheres inscritas em Curitiba, por raça/cor.

Mulheres inscritas em Curitiba	
Branças	28
Pretas	51
Pardas	28
Selecione	1
Totais	108

Fonte: As autoras, 2017.

De posse desses dados o nosso objetivo, como dito anteriormente, foi tentar compreender quem é esta mulher negra que se inscreveu no curso considerando tanto os dados socioeconômicos quanto as informações que elas escreveram em suas cartas de apresentação para concorrer à vaga. Para isso, analisaremos o perfil das setenta e nove mulheres autodeclaradas pretas ou pardas, que autorizaram a utilização dos dados para fins de pesquisa, no sentido de dar visibilidade a estas que de alguma forma romperam os limites impostos por mecanismos excludentes, muitas vezes invisíveis, em uma sociedade estruturada no racismo e no sexismo, que sistematicamente às excluem de oportunidades de mobilidade social. Em sua pesquisa sobre a presença de mulheres negras nos cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense, Giselle Pinto (2007) destaca a importância de estudos que visibilizem essas mulheres negras como produtoras de ciência, tecnologia, literatura, artes, entre outros campos de produção científica (PINTO, 2007).

3 ASPECTOS SOCIAIS DAS MULHERES NEGRAS MATRICULADAS NO PRÉ PÓS – UFPR – 2017

Traçamos a seguir o perfil social das setenta e nove mulheres negras matriculadas no município de Curitiba. Levamos em consideração os dados coletados relacionados à sua condição quanto ao: i) situação domiciliar; ii) estado civil; iii) quantas/os filhas/os; iv) atividade remunerada ou, não; v) faixa etária; vi) graduação; e vii) pós-graduação. Para as nossas reflexões nos apoiamos em autoras que discutem variadas temáticas relacionadas às mulheres negras no contexto brasileiro.

3.1 Situação domiciliar

Os dados relativos à situação domiciliar nos indicaram com quem essas mulheres negras moram e dividem, ou não, as suas responsabilidades com as/os filhas/as, com a organização da casa, com as despesas. Temos que 7,59% mulheres negras moram com amigas/os, 22,78% com companheira/o, 53,16% com familiares¹², 15,19% moram sozinhas e 1,26% de outra forma não especificada (TABELA 3).

Tabela 3: Situação domiciliar das mulheres inscritas em Curitiba, por raça/cor

Mora com quem?	Branças	Pretas	Pardas	Totais
Amigas/os	0	3	3	6
Companheira/o	9	10	8	27
Familiares	16	29	13	58
Outros	0	1	0	1
Sozinha/o	3	8	4	15

FONTE: As autoras, 2017.

O que nos chama atenção diante destes dados é o percentual de mulheres negras que moram com os familiares. Tal informação pode ser traduzida como uma possível continuidade da sua função social de cuidado com a família, entre outras, desde o período escravagista no Brasil. Neste sentido, de forma poética, Gizêlda Melo do Nascimento (2006) em seu trabalho sobre “a memória de descendentes de escravos do Rio de Janeiro”, nos chama a atenção sobre a importância das mulheres negras para as suas famílias no período pós-abolição da escravidão e início da República no Brasil, diz a autora,

Mulheres despontando como sustentadoras e condutoras da formação familiar cuja incumbência da manutenção de bens de conduta, bem como a transmissão de experiências ficam a seu encargo. Responsáveis pela coesão de seus membros, vão concentrando em torno de si um grupo peculiar, configurando-se como representantes de uma malha discursiva reconhecível com vistas a uma permanência. (NASCIMENTO, 2006, p. 6)

O trabalho organizado por Mariana Mazzini Marcondes (2013) também nos ajuda a compreender estes dados, quando destaca o aumento no Brasil

¹² Compreendemos que as mulheres negras, que responderam “com familiares” para a pergunta “com quem mora?” são solteiras, já que existia a opção de responder que moram/moravam com “companheiro/a”.

de famílias chefiadas por mulheres¹³ e quando essas famílias são chefiadas por mulheres negras, elas são famílias de “casal com filhos” ou “mulher com filhos” (2013, p. 28-29).

Arriscamos outra explicação para que elas estejam nesta situação, provavelmente o fato das mulheres negras serem, no mínimo, duplamente discriminadas, não competindo em igualdade de oportunidades no mercado de trabalho e submetidas a exercerem cargos de menor remuneração, encontrando maiores barreiras para conquistar totalmente a sua independência financeira, se comparadas ao segmento de mulheres brancas, por exemplo.

3.2 Estado civil

Quanto ao estado civil (TABELA 4) os dados nos mostram que 34,17% dessas mulheres negras têm algum /a companheiro/a, mas que 65,82% delas não se relacionam com parceiros/os afetivos/as sexuais, pelo menos do ponto de vista estável, afirmando a “solidão da mulher negra”¹⁴, tema que tem sido foco de pesquisas que apontam as categorias raça/cor e gênero como determinantes quanto à escolha de parceiros/as afetivo/sexual.

Tabela 4: Estado civil – mulheres inscritas em Curitiba, por raça/cor

	Casada	Separada/ divorciada	Solteira	União estável	Totais
Branças	5	2	17	4	28
Pretas	13	4	31	3	51
Pardas	7	2	15	4	28
Totais	25	8	63	11	107

FONTE: As autoras, 2017.

¹³ O nosso entendimento para chefia da família é entendido como apontado por Marcondes (2013): “Atualmente, o IBGE utiliza terminologias diversas em cada uma de suas pesquisas e, à exceção da POF, os conceitos de chefia de família utilizados são bastante subjetivos. Ainda mais subjetivo é o critério utilizado por cada indivíduo na atribuição da chefia, pois cada entrevistado entende os termos “pessoa de referência/pessoa responsável” a partir de critérios próprios que não são explicitados em momento algum. Como hipótese, pode-se pensar em diferentes critérios para apontar a escolha da pessoa de referência/responsável da família: renda, escolaridade, idade, tipo de ocupação, responsabilidades pelo gerenciamento do lar etc. – sem deixar de lado a possibilidade de a resposta fazer referência ao “homem da casa” como pessoa de referência/pessoa responsável, mesmo que este não trabalhe ou que ganhe menos que a mulher. Ainda que o IBGE tenha abandonado o termo em prol de outras denominações, optou-se, aqui, por utilizar o termo chefia de família em função de sua recorrência e permanência no debate público”. (MARCONDES, 2013, p. 25)

¹⁴ Sobre o tema ler Ana Cláudia Lemos Pacheco (2008) e Claudete Alves da Silva Souza (2008)

Compreendemos que o perfil afetivo/sexual das mulheres negras inscritas em Curitiba, no Pré-Pós UFPR – 2017, apontado pelos dados acima vão ao encontro do que foi afirmando por Elza Berquó (1987) ao analisar os dados do Censo de 1960-1980, quando

encontrou resultados fundamentais acerca das relações conjugais entre negros (as) e brancos (as). A autora constatou que, em relação à união, as mulheres brancas são aquelas que mais casam se comparada com as mulheres negras (pretas e pardas). Em contraponto, estas últimas são as que menos contraem uma união estável em relação às brancas. Por outro lado, as negras perfazem maioria (+ de 50%) entre as mulheres solteiras, viúvas e separadas. (BERQUÓ, 1987¹⁵ *apud* Ana Cláudia Lemos Pacheco, 2008).

Assim, tais resultados sugerem que ainda, “(...) raça e gênero quando combinados, são dois marcadores sociais que afetam mais as mulheres negras do ponto de vista de sua exclusão afetiva-sócio-cultural do que outros grupos.” (PACHECO, 2008, p.55).

3.3 Quantas/os filhas/os? Casada, solteira ou separada/divorciada?

Procuramos relacionar o número de filhos/as ao estado civil das mulheres negras do Pré-Pós – UFPR – 2017, tal como se apresenta na tabela 5, e observamos que: a) entre as vinte e sete mulheres negras que se declararam casadas ou em união estável são maioria as “sem filhos/as” e as “com um/uma filho/a”, 44,44% e 25,92% respectivamente; b) das cinquenta e duas, das categorias separada/divorciada ou solteira, também a maioria se encontra entre as “sem filhos/as” e as “com um/uma filho/a”, 71,15% e 15,38% respectivamente (TABELA 5). Essas informações nos indicam que essas mulheres negras acompanham um movimento que, no Brasil, vem mostrando mudanças na vida das mulheres em geral, em várias dimensões como a redução das taxas de natalidade, diminuição do tamanho das famílias, o aumento da escolaridade entre outros. (MARCONDES, 2013, p. 23-24).

¹⁵ Berquó, Elza. Nupcialidade da população negra no Brasil, *Núcleo de Estudos de População* (NEPO), UNICAMP, texto n. 11, S.Paulo, agosto de 1987.

Tabela 5: Quantas/os filhas/os por estado civil – mulheres inscritas em Curitiba, por raça/cor.

Raça/cor	Estado civil	Nr. de filhas/os							
		Sem filhas/os	1	2	3	4	5	6	7
Brancas	Casada	2	1	2	0	0	0	0	0
	Separada/divorciada	1	1	0	0	0	0	0	0
	Solteira	14	1	2	0	0	0	0	0
	União estável	3	0	1	0	0	0	0	0
Pretas	Casada	3	4	3	2	0	1	0	0
	Separada/divorciada	0	1	3	0	0	0	0	0
	Solteira	25	4	1	0	0	0	0	1
	União estável	3	0	0	0	0	0	0	0
Pardas	Casada	3	3	0	1	0	0	0	0
	Separada/divorciada	1	0	1	0	0	0	0	0
	Solteira	11	3	1	0	0	0	0	0
	União estável	3	0	1	0	0	0	0	0

FONTE: As autoras, 2017.

Destacamos que 28,85% das mulheres negras das categorias separada/divorciada ou solteira têm entre um/uma e sete filhos/as, reforçando o perfil traçado no trabalho Marcondes (2013) no período entre 1995 e 2009, sobre os arranjos familiares de famílias chefiadas por mulheres e, constata que em 1995, as famílias chefiadas por mulheres negras na sua maioria eram uma chefia solitária, com filhos/as e, sem a presença do marido ou companheiro.

No entanto a mesma autora enfatiza que neste período de quinze anos do estudo, ou seja, em 2009, houve um aumento das famílias chefiadas por mulheres de forma geral e, especificamente as famílias chefiadas por mulheres negras tendem a ser mais numerosas e se encaixam tanto na categoria “mulher com filhos” como na categoria “casal com filhos”. (MARCONDES, 2013, p. 27-28).

Compreendemos que talvez o reduzido número de filhas/os, bem como, a permanência com os familiares, como apontado no item anterior, são aspectos que podem ter contribuído de forma positiva para essas mulheres negras acessarem mecanismos que possibilitem seu ingresso a uma pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado. Mas que também, a possível responsabilidade com a chefia de suas famílias, não as limitaram para atingir seus objetivos.

3.4 Faixa etária

A maioria das mulheres negras matriculadas está na faixa etária entre 28-37 anos, seguidas das que estão entre 18-27 anos e depois das que estão entre 38-47 anos (37, 25 e 21 mulheres negras, respectivamente); uma matrícula na faixa etária de 48-57 anos, uma matrícula na faixa etária de 58-67 anos e uma com mais de setenta anos. (TABELA 6).

Tabela 6: Mulheres inscritas em Curitiba – faixa etária, por raça/cor

Faixa etária	Branca	Preta	Parda
18-27 (1990-1999)	10	16	9
28-37 (1980-1989)	9	18	9
38-47 (1970-1979)	5	15	6
48-57 (1960-1969)	2	1	1
58-67 (1950-1959)	0	0	1
mais de 70	0	1	0
Falso/vazia	2	0	2
Totais	28	51	28

FONTES: As autoras, 2017.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015, p. 50) a faixa etária 18-24 anos é a ideal para frequentar o ensino superior. Esta afirmação nos levar a interpretar negativamente que apenas 31% das inscritas negras estão na faixa etária, no nosso entendimento, ideal para o ingresso na pós-graduação, este percentual confirma a prática de exclusão da população negra do sistema educacional em geral e, neste caso específico da pós-graduação onde participam de “forma desagradável” (PINTO, 2007, p. 159). Assim, se levarmos em consideração, apenas a faixa etária ideal, conforme afirmado pelo IBGE (2015) para o ingresso na graduação, a nossa segunda interpretação sugere que as demais que representam 68,36% das mulheres negras inscritas no Pré-Pós – UFPR – 2017 não conseguiram fazer um percurso contínuo na sua escolaridade até chegar a Pós-graduação.

No entanto, estas mulheres negras nos mostram, que qualquer que tenha sido o motivo que as afastaram da possibilidade de realizar seus estudos no tempo entendido como o ideal, seja “por necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento da família, seja por ver desconsiderado seu modo de ser, viver, a cor da sua pele, a cultura de seu grupo étnico [...]” (Petronilha Beatriz Gonçalves e SILVA, 1998), elas ultrapassaram os desafios e carências quanto

ao gênero e ao pertencimento étnico-racial, acrescidos ao seu pertencimento geracional e caminham na construção da sua trajetória educacional.

3.5 Com atividade remunerada ou, não

Ao verificarmos os dados apresentados na tabela 5, constatamos que 81,01% das mulheres negras inscritas no Pré-Pós UFPR – 2017 declararam exercer atividade ou trabalho remunerado e, 18,99% declararam não exercer atividade ou trabalho remunerado.

Tabela 7: Mulheres inscritas em Curitiba – com atividade ou trabalho remunerado, por raça/cor

Mulheres inscritas em Curitiba	Não	Sim	Com carteira assinada	Sem carteira assinada	Outra
Branças	9	19	10	02	7
Pretas	11	40	10	10	20
Pardas	04	24	6	7	11
Total	24	83	26	19	38

FONTE: As autoras, 2017.

Majoritariamente as mulheres negras exercem atividades remuneradas no mercado de trabalho, o que poderá dificultar (não impossibilitar) a permanência dessas mulheres negras na academia, como aponta Henrique Cunha Jr.,

[...] vemos que a faixa etária das candidaturas e os regimes de trabalhos estão fora dos perfis privilegiados pelas políticas e pelos programas de pós-graduação. A maioria dos pesquisadores negros ingressa no mestrado aos 35 anos, trabalha e precisa participar do sustento da família, o que é incompatível com o número e valores das bolsas. *Os programas favorecem quem em iniciação científica e artigos.* Os pesquisadores vêm de ensino universitário noturno, que não dá a oportunidade de iniciação científica. (CUNHA JR., 2003, p.156)

Desta forma, pode-se entender que há necessidade de políticas afirmativas de forma a ampliar o número e o valor das bolsas direcionadas aos programas de Pós-graduação. Para que esta trajetória educacional possa ser menos tortuosa às trabalhadoras, que muitas vezes coincidentemente são chefes de família e negras.

3.6 Graduação

Neste tópico as nossas reflexões recaem sobre o perfil da trajetória educacional das mulheres negras, assim relacionamos abaixo dados parciais desse processo até a sua chegada ao Pré-Pós UFPR – 2017 levando-se em consideração a conclusão do ensino médio, se foi em escola da rede pública ou privada (TABELA 8); se cursaram algum curso preparatório/cursinho para o ingresso numa Instituição do Ensino Superior (IES) (TABELA 9); se cursaram a graduação numa IES pública ou da iniciativa privada (TABELA 10), área de conhecimento do curso de graduação (TABELA 11) e; se concluíram algum curso de pós-graduação (TABELA 12).

Os dados nos mostram que 87,34% dessas mulheres negras concluíram o Ensino Médio em escolas públicas, e 12,66% concluíram esta etapa em escolas da rede privada. (TABELA 8)

Tabela 8: Mulheres inscritas em Curitiba – ensino médio concluído em escola da rede público-privada, por raça/cor

	REDE PÚBLICA	REDE PRIVADA
Branças	23	5
Pretas	45	6
Pardas	24	4
Total	92	15

FONTE: As autoras, 2017.

Na tabela 9 os dados coletados indicam que 67,09% das mulheres negras inscritas no Pré-Pós UFPR – 2017 não frequentaram curso preparatório para o ingresso no curso superior. E 32,91% declararam que cursaram preparatório, sendo que dessas 15,38% o curso foi gratuito, 46,15% com bolsa e, 34,62% sem bolsa (TABELA 9). O que aponta que para a população negra a escola pública e gratuita é fundamental no acesso a escolarização, ou seja, a melhoria da qualidade de ensino público impactará diretamente no acesso a esta população no ensino superior e na Pós-Graduação.

Tabela 9: Mulheres inscritas em Curitiba – ingresso no ensino superior, com curso preparatório (cursinho) pré-vestibular, por raça/cor

	Sim	Sim, gratuito	Sim, pago com bolsa	Sim, pago sem bolsa	Não
Branca	04	01	02	01	23
Preta	14	02	06	05	37
Parda	12	02	06	04	16

FONTE: As autoras, 2017.

Obs.: i) a soma total de candidatas é de 107 candidatas, pois uma respondeu “falso” para as duas alternativas “sim ou não”; ii) uma candidata preta respondeu falso para as opções “gratuito, com bolsa, sem bolsa”.

Quanto à graduação, 51,90% dessas mulheres negras concluíram predominante em IES pública e, 48,10% em IES da iniciativa privada (TABELA 10).

Tabela 10: Mulheres inscritas em Curitiba – ensino superior predominantemente em IES: pública ou privada – por raça/cor

	IES pública	IES privada
Branca	11	16
Preta	26	25
Parda	15	13
Totais	52	54

FONTE: As autoras, 2017.

Obs.: uma das candidatas (brancas) respondeu “falso” nas duas opções.

As áreas de conhecimento dos cursos de graduação escolhidos pelas mulheres negras concentram-se em sua maioria nas áreas de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, 41,77% e 27,85% respectivamente (TABELA 11).

Tabela 11: Mulheres inscritas em Curitiba – número de inscritas por área de conhecimento na graduação.

Área de Conhecimento da Graduação	Nr. Inscritas	Cursos de Graduação
Ciências Humanas	33	Psicologia, Pedagógica, História, Geografia, Relações Internacionais, Filosofia.
Ciências Sociais Aplicadas	22	Comunicação Social/Jornalismo, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Serviço Social, Design, Comunicação Social/ Publicidade e Propaganda, Administração, Ciências Contábeis, Secretariado Executivo, Ciências Sociais.
Linguística, Letras e Artes	9	Letras (Português, Inglês, Japonês), Desenho, Música,
Ciências da Saúde	5	Educação Física, Odontologia, Fisioterapia, Enfermagem, Musicoterapia.
Ciências Exatas e da Terra	3	Matemática, Física e Tecnologia em Informática.
Ciências Biológicas	3	Licenciatura em Ciências Biológicas, Biomedicina.
Ciências Agrárias	1	Agroecologia.
Não Informada	3	Não Informado.

FONTE: Coordenação Pré Pós 2017.

As informações relacionadas às suas experiências com algum curso ou programa de pós-graduação indicam que 62,02% não concluíram nenhum curso de pós-graduação e, que 37,97% já possuem experiência com pós-graduação (16,67% *stricto sensu* e 83,33% *lato sensu*) (TABELA 12).

Tabela 12. Mulheres inscritas em Curitiba – concluiu algum curso ou programa de pós graduação - por raça/cor

	Sim	Stricto Sensu	Lato Sensu	Não
Branca	14	01	13	14
Preta	16	02	14	35
Parda	14	03	11	14

FONTE: Coordenação Pré Pós 2017.

Estudos sobre as desigualdades no Brasil afirmam sobre a exclusão social a que está submetida à população negra na educação, na saúde, no mercado de trabalho, na habitação entre outros campos, e quando fazemos o recorte de gênero, a mulher negra é a mais atingida por esta exclusão, como afirma Jurema Werneck.

A discussão das desigualdades que atingem as mulheres negras no Brasil comumente aponta para a presença de uma tríplice discriminação: o fato de ser mulher, o ser negra e a pobreza. Se por um lado esse esquema de análise torna mais fácil a compreensão de três poderosos fatores determinantes da violência estrutural que nos atinge, por outro requer a compreensão de que a mulher negra, enquanto ser indivisível, vivencia simultaneamente graus extremos de violência decorrente do sexismo, do racismo e dos preconceitos de classe social, em um bloco monolítico e tantas vezes pesado demais. (WERNECK, 2001, p. 54)

Assim, por entendermos a importância de estudos sobre a mobilidade social das mulheres negras, especificamente neste caso, a busca pela inserção num curso de Pós-graduação, a proposta das nossas reflexões é que de alguma forma os dados apontados acima possam nos indicar alguns sinais dos caminhos percorridos por essas mulheres negras que ousam burlar um sistema educacional excludente¹⁶.

Algumas informações sobre as mulheres negras inscritas no Pré-Pós UFPR – 2017, nos instigam a análises futuras mais elaboradas, como por exemplo, quando relacionamos o fato da maioria dessas mulheres negras concluírem o ensino médio em escolas públicas, não frequentarem cursinho e/ou preparatório pré-vestibular e, concluírem predominante suas graduações em IES públicas (TABELAS 8, 9 e 10 respectivamente).

Tais dados apontam que para além da importância da oferta de educação pública nos diferentes níveis de escolaridade é necessário dar conta do que as pesquisas sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais mostram, ou seja, que as relações no sistema educacional brasileiro são hierarquizadas, quando consideradas as práticas que não contribuem de forma igualitária ao acesso, desempenho e a permanência de estudantes negras/os em relação às/aos estudantes brancos/as, nos estabelecimentos de ensino nos diferentes níveis de educação formal (do ensino fundamental ao ensino superior). De

¹⁶ Sobre as desigualdades raciais na educação: Lucimar Rosa Dias, Nilma Lino Gomes, Paulo Vinícius Baptista da Silva, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, entre outras/os.

acordo com Carlos Hasenbalg as “[...] trajetórias escolares de crianças e jovens não-brancos são mais acidentadas e curtas do que as de seus pares brancos” (HASENBALG, 2006 *apud* GUIMARÃES, 2006, p. 264). Ainda sobre as desigualdades da educação,

[...] muitos são os desafios marcados pelo sexismo enfrentado pelas mulheres nos bancos escolares e na carreira acadêmica, com atenção especial à situação das mulheres negras, que estão em desvantagem em relação às mulheres brancas e homens brancos em todos os indicadores. (IPEA, 2011, p. 21)

Por outro lado, é possível pensar que, por pressão do Movimento Negro, as políticas de ação afirmativa (AA) implementadas nas instituições públicas, bem como o Programa Universidade para Todos (ProUni) nas instituições privadas tenham ampliado as vagas no ensino superior e motivado a inserção das mulheres negras nas IES. Para Edilza Correia Sotero (2013),

Nos últimos anos, a participação das mulheres negras no ingresso ao ensino superior tem crescido. Esta situação leva a problematizar como vem se realizando este crescimento. O ingresso de negros e pobres no ensino superior foi, ao longo dos dez últimos anos, em certa medida, promovido por ações das próprias IES ou do Estado (AAs e ProUni). O crescimento, assim, atesta a efetividade e a necessidade de continuação destas medidas, visando à contínua diminuição, e até à superação, das desigualdades no acesso e na permanência no ensino superior. (SOTERO, 2013, p. 49)

A autora salienta que a relação do crescimento do ensino superior e a maior participação feminina por mulheres brancas, inclusive em áreas tradicionalmente masculinas, porém mulheres negras e homens negros ingressam em maior quantidade em cursos de menor prestígio social¹⁷.

Essa trajetória difícil do ponto de vista dos dados levantados e cotejados com as pesquisas em nível nacional nos aponta uma realidade difícil enfrentada pela mulher negra para obtenção de grau de escolaridades mais avançados. No entanto, não é apenas isso que conseguimos depreender dos dados. Quando lemos as cartas de intenções destas mulheres emerge uma força, uma resistência. Sobre isso trataremos no próximo item.

¹⁷ Consideramos cursos de maior ou menor prestígio social, quanto à sua concorrência na disputa por vagas em uma IES, remuneração e vagas no mercado de trabalho.

4“UMA SOBE E PUXA A OUTRA”: A MULHER NEGRA NA PÓS-GRADUAÇÃO. INTENÇÕES

Utilizamos para dar início a este item o refrão que identificou a Marcha de Mulheres Negras ocorrida em 18 de novembro de 2016 em Brasília, na qual mais de 20.000 mulheres marcharam por políticas públicas que reconheçam as especificidades das mulheres negras. Foi um momento impar para quem estava lá e nós estávamos e podemos garantir que olhar para todos os lados e ver mulheres de todas as gerações, tamanhos e tonalidades produziu uma alegria infinita e nos olhares e sorrisos trocados sabíamos que estávamos ali por uma causa coletiva. Tal sensação é muito próxima do que produz a leitura das cartas, pois ambas, como mulheres negras também nos identificamos com suas expectativas e esperanças, que esperamos ao revelar neste texto estes aspectos possam corroborar a importância que tem os programas de pós-graduação receber este público.

Para este artigo não foram lidas as 79 cartas de intenção, pois não teríamos tempo hábil para analisá-las. Por isso, optamos por selecionar e numerar 17 cartas aleatoriamente na tentativa acessar a escrita de mulheres com diferentes idades, origens, opções de cursos, etc. Também acreditamos que assim poderíamos capturar uma tendência na escrita que nos ajudasse a compreender a pergunta da pesquisa: quem é a mulher negra que se inscreveu no curso. As cartas variaram muito de tamanho, mas a média era de duas laudas. O estilo de texto também foi bem diversificado, alguns escreveram textos mais formais, outras mais autobiográficos. Fizemos a leitura considerando os passos indicados por Bardin: 1. A pré-análise; 2. A exploração do material; e, por fim, 3. O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

Os dados socioeconômicos já nos deram uma boa ideia sobre elas, ou seja, os estudos sobre mulheres negras em nível nacional coadunam com o perfil encontrado no curso. Porém há uma subjetividade que queríamos apreender na escrita dessas mulheres, neste movimento provocativo da inscrição que as colocaram a justificar os motivos pelos quais querem estar na pós-graduação.

Ao fim da leitura é possível dizer que dois aspectos se repetem em todas as cartas: **pobreza/superação** e **o compromisso social**. É comovente ler depoimentos como este que segue:

“[...] Com muitas dificuldades, consegui finalizar minha graduação, pegar o diploma foi somente mais de um ano após a formatura devido à dificuldade financeira, o início do curso foi turbulento, sustentar a própria casa, opção após ser deixada na casa de familiares paternos pela mãe que optou por viver um grande amor, pai já falecido a necessidade de se sustentar tornou-se prioridade.” (CARTA 17).

Muitas relataram as dificuldades financeiras que enfrentaram para obter a graduação, porém a descrição deste momento vem acompanhada do registro de enfrentamento desta dificuldade. A depoente da ficha 8 diz: “Com poucas condições financeiras, arranjo familiar desestruturado e muitas dificuldades estudei o ensino regular em escola pública do bairro e sou a primeira pessoa em minha família a fazer graduação em universidade pública.” A pesquisadora Marcia Lima (1995) aponta a desigualdade no mercado de trabalho como um componente importante para explicar a situação de desvantagem das mulheres negras no campo social. Segundo ela:

As informações aqui apresentadas assinalam que o segmento feminino negro permanece numa situação bastante desvantajosa. O fato de 48% das mulheres pretas e 305% [sic] das mulheres pardas estarem no serviço doméstico e sinal de que a expansão do mercado de trabalho para essas mulheres não significou ganhos significativos. E quando esta barreira social e rompida ou seja quando as mulheres negras conseguem investir em educação numa tentativa de mobilidade social elas se dirigem para empregos com menores rendimentos e menos reconhecidos no mercado de trabalho. (LIMA, 1995, p. 495)

A análise ajuda a compreender a história comum de dificuldades financeiras experienciadas pelas inscritas. Também é possível entender porque elas também demarcam a ideia de superação nos seus textos. Há uma crescente produção apontando para o papel da mulher na sociedade escravagista e pós-abolição no sentido de garantir e existência negra não apenas materialmente falando, mas também simbolicamente. Tal perspectiva redundante com força nas representações atuais das mulheres negras. Para a rapper Malu Viana:

As nossas mães, avós, bisavós e tataravós representantes legítimas dos antigos quilombos, hoje periferias nos legaram a força da resistência, da capacidade de amar e doar a coragem de romper elos convencionais para buscar formas alternativas de restabelecer o que já há muitos anos está estabelecido e principalmente coragem para dizer, NÃO¹⁸.

¹⁸ Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/archives/1901>. Mulheres Negras: histórias, lutas,

Outro aspecto que ressalta na escrita dessas mulheres para fazer um mestrado ou doutorado são referências a um projeto que não somente seu, mas que perpassa uma ideia de coletividade, do que chamamos aqui de compromisso social. Uma delas afirma que: “[...] penso em fazer parte da turma pré-acadêmico, para poder estudar e desenvolver pesquisas na área pediatria e neonatologia para que cada dia possa melhorar a qualidade dos serviços prestados a essa população.” (CARTA 1). Outra ressalta que: “Somado a isso, a necessidade de estudos que tenham impacto social para a população negra em todas as dimensões das análises psicológicas, as quais historicamente estiveram vinculadas a classes sociais privilegiadas” (CARTA 2).

Como contamos na carta 2 este compromisso social em algumas situações vem vinculado a uma militância o que pode indicar que as mulheres negras que estão buscando a pós-graduação possuem também referências de lutas pautadas no movimento negro ou que talvez as encorajem a ocupar este lugar de privilégio que nem sempre foi pensado para elas colocando-o a serviço de uma causa. Como pudemos capturar na Carta 4:

Eu tive oportunidade de estudar em uma universidade federal graças as cotas raciais, tive oportunidade por meio das cotas de me tornar o que sou hoje, de ter acesso a linhas de pensamento até então eram desconhecidas, tive acesso ao conhecimento e realmente isso não tem preço. Hoje sou professora na rede estadual de ensino e muitas vezes me corta o coração ao ver o número mínimo de estudantes afro-descendentes no ensino médio que não conhecem seus direitos e que tem vergonha de concorrer a uma vaga por meio de cotas. [...] A vida acadêmica me oportunizou o mundo tive a oportunidade de estudar fora do país e aprender a valorizar meu povo e minha cultura.

Enfim, são muitos os depoimentos que podemos extrair das cartas que nos apontam para um perfil de mulheres muito específico. São pessoas que querem acessar este patamar da escolaridade que ainda é um espaço de privilégio com maioria branca, de acordo com estudo de Amélia Artes (2013.p.9) “[...] os estudantes na pós-graduação no quesito cor/raça: 74,6% são brancos e 25,4% são negros no total na pós-graduação”, embora a autora aponte que mulheres negras em algumas situações encontra-se em melhor situação que homens negros, o fato é que em relação a população branca há uma disparidade considerável nesta etapa da educação. Nesse sentido é muito

conquistas... 08/03/07. Acesso em: 07 nov. 2017.

importante que curso preparatórios como o que foi realizado possam ter continuidade, pois de acordo com as cartas o perfil das mulheres negras que nele se inscrevem é de quem quer muito mais que um diploma de mestrado ou de doutorado. Elas querem subir, mas almejam puxar muitas outras.

5 CONSIDERAÇÕES

Na busca por uma possível vaga no curso preparatório para a pós-graduação, o Pré Pós – UFPR, as mulheres negras ultrapassaram limites e desafios de um sistema educacional, que de acordo com pesquisas sobre as relações étnico-raciais e educação, é excludente.

O reduzido número de filhas/os, bem como, a permanência com os familiares são aspectos que compreendemos positivo para essas mulheres negras acessarem mecanismos que possibilitem seu ingresso a uma pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado.

Os dados nos mostram, que o vínculo da maioria das mulheres negras com atividade remunerada nos sugerem uma possível responsabilidade com a chefia de suas famílias, mas que no entanto não as limitaram para atingir seus objetivos.

Para além de explicitar esta trajetória escolar dessas mulheres negras inscritas no Pré Pós – UFPR, a nossa intenção foi levar às/aos possíveis leitoras e leitores uma reflexão sobre o impacto de ações afirmativas como esta na desestruturação do racismo brasileiro e, que de alguma forma possam colaborar para o aprimoramento de futuras ações que visem a aumentar o acesso aos programas de pós-graduação, bem como a ampliação de políticas de ação afirmativas, na busca por melhores condições de permanência, com igualdade de condições, nos referidos programas para todas/os, e especialmente para mulheres negras.

Resumo: O artigo analisa o perfil das alunas negras, matriculadas em Curitiba, no curso preparatório para a pós-graduação promovido pela Universidade Federal do Paraná, em 2017, o “Pré pós”, que se propôs a preparar candidatas/os para processos seletivos de programas de pós-graduação *stricto sensu*. Das 173 matrículas, as mulheres negras são a maioria, com 83 matrículas, quando comparamos às matrículas do gênero masculino (57) e das mulheres brancas (31). Examinamos por meio da leitura das cartas de intenção por quais motivos essas mulheres procuram um curso de pós-graduação. Os dados indicam que as mulheres negras são de famílias de baixa renda e articulam a sua formação acadêmica a uma preocupação social e ativismo no movimento negro.

Palavras-chave: Mulheres Negras, Pós-Graduação, Histórias de Vida.

Abstract: The article analyzes the profile of black students enrolled in Curitiba, in the preparatory course for the postgraduate course promoted by the Federal University of Paraná, in 2017, the “Pre-post”, which proposed to prepare candidates for selective programs of *Stricto Sensu* graduate studies. Of the 173 enrollments, black women are the majority, with 83 enrollments, when compared to male enrollments (57) and white women (31). We examine by reading the letters of intent on what grounds these women seek a postgraduate course. The data indicate that black women are from low-income families and articulate their academic background to a social concern and activism in the black movement.

Keywords: Black Women, Graduate, Life Stories.

REFERÊNCIAS

ARTES, Amélia Cristina Abreu. Estudantes de pós-graduação no Brasil: distribuição por sexo e cor/raça a partir dos censos demográficos 2000 e 2010. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 36., 2013, Goiânia. 36. **Reunião[...]**. Goiânia: ANPED, 2013.

BAIROS, Luiza. Prefácio. In: MARCONDES, Mariana Mazzini... (et. al.) (orgs.) **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

CUNHA JR., Henrique. A formação de pesquisadores negros: o simbólico e o material nas políticas de ações afirmativas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. Disponível: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/educacao_acoos_afirmativas.pdf. Acesso em: 05 nov. 2017.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Entrevista com Carlos Hasenbalg, por Antonio Sérgio Alfredo Guimarães. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 18, n. 2, nov. 2006. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a13v18n2.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2015/IBGE - Coordenação da População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada...[et al.]. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. 39 p. : il. Disponível: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995.

MARCONDES, Mariana Mazzini et. al. (orgs.) **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: IPEA, 2013.

NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. **Feito de viver: memórias de descendentes de escravos**. Londrina: Edel, 2006.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para f... e negra para trabalhar”;** **escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. 324 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: UNICAMP, 2008. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/wp-content/uploads/2015/09/PachecoAnaClaudiaLemos.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

PINTO, Giselle. **Gênero, raça e Pós-Graduação**: um estudo sobre a presença de mulheres negras no curso de mestrado da Universidade Federal Fluminense. 178 f. Dissertação (mestrado em Política Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <http://flasco.redelivre.org.br/files/2012/07/317.pdf> . Acesso em: 15 out. 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas - Situando-nos enquanto mulheres e negras. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 19, n. 45, jul. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000200002&lng=en&nrm=iso&tng=pt . Acesso em: 15 out. 2017.

SILVA, Tatiana. Panorama Social da População Negra. In: SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (orgs.). **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. Brasília: IPEA, 2013. Disponível: http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-aco-es-afirmativas/livro_igualdade_racialbrasil01-tamanho-reduzido.pdf . Acesso em: 15 out.2017.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: MARCONDES, Mariana Mazzini... (et. al.) (orgs.) **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013

SOUZA, Claudete Alves da Silva. **A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo**. 174f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Antropologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3915/1/Claudete%20Alves%20da%20Silva%20Souza.pdf>. Acesso em: 27 out. 2017.

WERNECK, Jurema. A vulnerabilidade da Mulheres Negras. **Jornal da RedeSaúde**, n. 23, mar. 2001. Disponível: <http://cmds2011.org/site/wp-content/uploads/2011/09/Mortalidade-Materna-maior-Risco-para-Mulheres-Negras-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017.